

aul.

[Handwritten signature]

NR



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. DASO COIMBRA) PRN-RJ

ASSUNTO:

Assegura o direito à aposentadoria especial aos servidores da SUCAM.

DESPACHO: (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.863, DE 1989)

À COM. DE CONST. JUSTIÇA E REDAÇÃO em 28 de novembro de 19 89

DISTRIBUIÇÃO

- Ao Sr. Deputado, em 19
- O Presidente da Comissão de Justiça e Redação
- Ao Sr., em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 19

PROJETO N.º 4.237 DE 1989

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 4.237, DE 1989

(DO SR. DASO COIMBRA)



Assegura o direito à aposentadoria especial aos servidores da SUCAM.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.863, DE 1989)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apense-se ao Projeto de Lei 3.863 / 89
Em 09 / 11 / 89.
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 4.237 / 89.

20

Assegura o direito à aposentado-
ria Especial aos servidores da
SUCAM.

Do Deputado Daso Coimbra

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º - É considerada insalubre
a atividade profissional dos servidores da SUCAM (Supe-
rintendência de Campanhas de Saúde Pública), do Ministé-
rio da Saúde, que estejam permanentemente em serviços de
combate a moléstias infecto-contagiosas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Art. 2º - Aos servidores de que trata o artigo anterior é assegurado o direito à aposentadoria especial, após 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício.

Art. 3º - Os encargos decorrentes desta lei onerarão verbas próprias do Orçamento da - União, assim como as fontes de receita de que trat a o art. 69, da Lei nº 3 807, de 26 de agosto de 1960.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposi-
ções em contrário.

Sala das Sessões, aos 09 de novembro de 1989

Das *Ar*



J U S T I F I C A Ç Ã O

A atividade profissional dos servidores da SUCAM, que estão permanentemente executando serviços de combate a moléstias infecto-contagiosas e seus agentes causadores, é notoriamente insalubre.

De fato, esses trabalhadores estão sujeitos a contrair graves enfermidades - o que não raro acontece - além de correrem o risco de adquirirem sérias intoxicações, em virtude dos produtos químicos que utilizam habitualmente em seu mister.

É justo, por conseguinte, que aos profissionais em questão seja assegurado o direito à aposentadoria especial, após vinte e cinco anos de efetivo exercício.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Tal é o objetivo desta proposi-
ção que, em obediência a expressa determinação consti-
tucional, indica a fonte de custeio total da beness e
previdenciária a ser estendida.

Em se tratando de medida de
justiça, esperamos que venha a merecer a acolhida dos
ilustres membros desta Casa.

Sala das Sessões, aos 9 de junho de 1989

DEPUTADO DASO COIMBRA

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI Nº 3.807, DE 26 DE AGOSTO DE 1960

Lei Orgânica da Previdência Social

TÍTULO IV

Do Custeio

CAPÍTULO I

Das Fontes de Receita

Art. 69. O custeio da Previdência Social será atendido pelas contribuições:

I _ dos segurados empregados, avulsos, temporários e domésticos, na base de 8% (oito por cento) do respectivo salário-de-contribuição, nele integradas todas as importâncias recebidas a qualquer título;

II _ dos segurados de que trata o § 2º do art. 22, em percentagem do respectivo vencimento igual à que vigorar para o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, com o acréscimo de 1% (um por cento), para o custeio dos demais benefícios a quem fazem jus e de 2% (dois por cento) para a assistência patronal;

III _ dos segurados autônomos, dos segurados facultativos e dos que se encontrem na situação do art. 9º, na base de 16% (dezesseis por cento) do respectivo salário-de-contribuição;

IV _ dos servidores de que trata o parágrafo único do art. 3º, na base de 4% (quatro por cento) do respectivo salário-de-contribuição;

V _ das empresas, em quantia igual à que for devida pelos segurados a seu serviço, inclusive os de que tratam os itens II e III do art. 5º, obedecida, quanto aos autônomos, a regra a eles pertinente;

VI _ dos estados e dos municípios, em quantia igual à que for devida pelos servidores de que trata o item IV deste artigo;

VII _ da União, em quantia destinada a custear as despesas de pessoal e de administração geral do Instituto Nacional de Previdência Social - INPS, do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - Inamps e do Instituto de Administração Financeira da previdência e Assistência Social - Iapas, bem como a cobrir eventuais insuficiências financeiras verificadas na execução das atividades a cargo do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - Sinpas.

§ 1º A empresa que se utilizar de serviços de trabalhador autônomo fica obrigada a reembolsá-lo, por ocasião do respectivo pagamento no valor correspondente a 8% (oito por cento) da retribuição a ele devida até o limite do seu salário-de-contribuição, de acordo com as normas previstas no item I deste artigo.

§ 2º Caso a remuneração paga seja superior ao valor do salário-de-contribuição, fica a empresa obrigada a recolher no Instituto Nacional de Previdência Social a contribuição de 8% (oito por cento) sobre a diferença entre aqueles dois valores.



§ 3º Na hipótese de prestação de serviços de trabalhador autônomo a uma só empresa, mais de uma vez durante o mesmo mês, correspondendo assim a várias faturas ou recibos deverá a empresa entregar ao segurado apenas o valor correspondente a 8% (oito por cento) do seu salário-de-contribuição, uma só vez. A contribuição de 8% (oito por cento) correspondente ao excesso será recolhida integralmente ao Instituto Nacional de Previdência Social pela empresa.

§ 4º Sobre o valor da remuneração de que tratam os parágrafos anteriores, não será devida nenhuma outra das contribuições arrecadadas pelo Instituto Nacional de Previdência Social.

§ 5º Para os efeitos dos § 2º e 3º a remuneração total paga em cada mês só será considerada até vinte vezes o maior salário mínimo vigente no País."

§ 6º Equiparam-se a empresa, para fins de previdência social, o trabalhador autônomo que remunere serviços a ele prestados por outro trabalhador autônomo, a cooperativa de trabalho e à sociedade civil, de direito e de fato, prestadora de serviços, o empregador doméstico, bem como a missão diplomática estrangeira no Brasil e o membro desta missão, em relação aos empregados admitidos a seu serviço."

.....

.....